

APRESENTAÇÃO

A Marcha para o Futuro de um Dragão Chamado China

Ana Regina Falkembach Simão¹

Adriana Schryver Kurtz²

“O chinês é um povo que encontrou no socialismo, no seu socialismo, o caminho certo para a construção do seu destino. E é um povo que quer, realmente, construir este destino. Ninguém, nenhuma força estranha poderá mais alterar os rumos com que a China marcha para o futuro”, dizia o jornalista brasileiro Luiz Beltrão (1918- 1986) na obra “Itinerário da China”, publicada em 1959 na cidade do Recife. O livro continha uma série de reportagens produzidas por Beltrão, pioneiro das ciências da comunicação no Brasil e na época, dirigente da Federação Nacional dos Jornalistas que um ano antes, à convite da União dos Jornalistas Chineses, havia desbravado com entusiasmo o milenar país asiático. Ao olhar perspicaz do jornalista, a China daqueles anos já mostrava sua potencialidade. Para além de “uma corrente de afeição e simpatia” que o ligaria para sempre “ao afável, hospitaleiro, nobre e leal povo da China”, Beltrão vaticinou o que hoje é um consenso entre analistas e pesquisadores das Relações Internacionais: “Já se escreveu que a China não tem pressa. O seu lugar no concerto das nações lhe está assegurado por direito de origem e conquista” (BELTRAO, 1959).

Mais de meio século depois da publicação de “Itinerário da China”, a **Século XXI Revista de Relações Internacionais** propõem o seu próprio itinerário e entrega aos leitores um Dossiê sobre o Dragão Chinês que pode confirmar as impressões de Beltrão, a partir do olhar de um campo científico – as Relações Internacionais - para o qual a China se converteu num objeto de estudo tão obrigatório quanto fascinante. Esta breve digressão sobre um conjunto de reportagens publicadas no Brasil ainda no final dos anos 50 sobre a China nos faz lembrar, como notou Paulo Vizentini, ao introduzir seu estudo “O Dragão Chinês

1 Editora da Revista Século XXI, pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI) e Professora do curso de Relações Internacionais da ESPM-Sul. Doutora em História pela UFRGS. (asimao@espm.br).

2 Editora Assistente da Revista Século XXI, pesquisadora do Núcleo de Estudos em Jornalismo (NEJOR) e Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da ESPM-Sul. Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. (akurtz@espm.br).

e os Tigres Asiáticos” (2000), que a Ásia ainda “constitui uma região misteriosa e indecifrável para o imaginário ocidental, mesmo após haver ingressado na era industrial”. Tais constatações nos parecem adequadas para introduzir a temática central desta décima segunda edição da **Século XXI**, cujo dossiê destaca a China Popular. Assim, a Revista, uma publicação do curso de Relações Internacionais e do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI) da Escola Superior de Publicidade e Marketing do Rio Grande do Sul (ESPM-SUL), oferece a sua contribuição para um debate que, certamente, ainda se mostra incipiente diante da complexidade e da riqueza de abordagens possíveis. Fenômeno mais significativo da virada de século e de milênio, a China é afinal, a única nação em desenvolvimento que ostenta uma capacidade militar e diplomática digna das grandes potências, num quadro em que a manutenção do regime socialista no plano interno se alia a uma efetiva inserção na economia global. Daí Vizentini (2000) observar a emergência do Dragão Chinês como um novo polo de poder mundial, capaz de influenciar os rumos da globalização e do reordenamento internacional.

Muito mais do que uma mera integrante do chamado BRICs, a República Popular da China merece atenção crescente do campo. Sua magnitude é atestada pelas mais diferentes cifras e números: a mais antiga e contínua civilização, constituindo e, assim, representando o epicentro da Ásia; a segunda maior economia do mundo; a quarta nação mais extensa do planeta e a mais populosa (incluindo nada menos de 55 minorias étnicas), sob o comando de um partido único – o PCC – que possui oitenta milhões de filiados e conduz o chamado “socialismo com características chinesas”.

Pois é justamente de Paulo Fagundes Visentini o primeiro texto desta publicação, exclusivamente dedicada ao Dragão asiático. No artigo “**As Dimensões Esquecidas do Desenvolvimento chinês (1949-1979)**”, o autor faz notar que o “Grande Salto” do país milenar não poderia ter sido dado com sucesso sem uma preparação prévia. Embora ressalte a vasta bibliografia que busca compreender o desenvolvimento chinês a partir de seus aspectos internos e externos contemporâneos, Vizentini postula que pouca atenção tem sido dada à fatores anteriores à política modernizadora de reformas e à própria abertura, que lhe serviram de base. Daí o autor propor a análise de quatro elementos que, segundo afirma, teriam viabilizado a trajetória da China rumo ao seu lugar de potência emergente: a tradição histórica (ou seja, o elemento civilizacional); a Revolução socialista (responsável pela recuperação da soberania e reorganização social e estatal); a industrialização prévia (leia-se, socialista, para além da ainda desconhecida cooperação com o Japão) e; finalmente, a aliança com os Estados Unidos (que garantiu o ingresso do país na ONU e sua re-inserção no concerto das nações).

O autor lembra que a civilização chinesa possui mais de quatro milênios de história, marcadas por notável continuidade e que a bem sucedida estratégia de desenvolvimento após 1979 não teria sido possível sem tal característica. Vizentini destaca, por exemplo, que no período entre as Guerras do Ópio e a proclamação da República Popular da China houve nada menos do que 160 anos ininterruptos de conflitos internos e externos, que extenuaram o país. Não fosse pela coesão societária e cultural e a continuidade histórica do Estado, a China teria experimentado uma desintegração irreversível, típica em outras nações submetidas ao colonialismo. Já a Revolução - que construiu um regime socialista centralizado como no Império -, teria garantido a recuperação da soberania nacional, reorganizado a sociedade e reestruturado um Estado transformado, condições indispensáveis para um desenvolvimento autônomo. Por outro lado, uma industrialização básica em setores essenciais garantiu à China uma base a partir do qual partiria para a modernização. Elementos como estes, afirmam o autor, constituem bases prévias cujo devido conhecimento não pode ser ignorado pelos estudiosos, uma vez que análises focadas apenas na atualidade podem ser equivocadas e suas previsões, pouco confiáveis.

Já o texto intitulado **“A Diplomacia Chinesa e as Relações com o Brasil (1949-1974)”**, de Tomaz Mefano Fares, analisa a trajetória da política externa entre os dois países num período que abrange quase três décadas. O texto parte de 1949 e finaliza com o início do Governo Geisel, quando as relações diplomáticas entre os dois países são restabelecidas. Fares destaca a chegada do partido comunista ao poder na China, fato histórico que constitui um ponto de virada da conjuntura internacional. Se é inegável que o país asiático de proporções continentais passou a ser um dos focos da estratégia norte americana de contenção ao movimento comunista no mundo, tal pressão foi determinante para o rechaço diplomático do Brasil, bem como dos demais países da América Latina, ao governo de Mao Zedong, especialmente depois da Guerra da Coreia. No entanto, a China buscava se aproximar dos países do terceiro mundo, sob o “espírito da conferência de Bandung” e, a partir da revolução cubana (1959), o país ganha maior poder de influência sobre o continente latino americano. O artigo ainda destaca os esforços na constituição de um projeto de desenvolvimento comum entre China e Brasil, com o propósito de conquistar o apoio diplomático dos governos “populistas”, estratégia bruscamente abortada com a chegada do regime militar, quando os dois países mantiveram apenas discreta relação comercial. Desta forma, apenas a aproximação da China com os Estados Unidos, no início dos anos 70, e a conseqüente transformação do cenário internacional abririam espaços para o reencontro diplomático da China com o Brasil que, sob um crescente intercâmbio comercial, formalizaram o reestabelecimento das relações diplomáticas no início do governo Geisel, 1974.

“A China na Organização Mundial de Comércio: Revisionismo ou *Status Quo?*”, assinado por Leonardo Bacher Medeiros e Luana Margarete Geiger, reflete sobre o comportamento chinês no âmbito comercial, buscando compreender os posicionamentos da China na OMC. O artigo se propõe a identificar um padrão de comportamento que se enquadre aos conceitos de revisionismo ou de *status quo*, entendendo, *a priori*, que tal atuação também possa ser conceitualmente intermediária, ou mesmo oscilante. Como destacam os autores, a ascensão da República Popular da China (RPC) introduziu uma série de questionamentos acerca da sua responsabilidade enquanto potência, bem como quanto à sua conformidade em relação às normas e regras internacionais. No processo de abertura econômica ao final da década de 1970, a China desenvolveu projetos de modernização e promoveu a inserção internacional do país como parte de uma estratégia de longo prazo que previa, entre outros aspectos, a gradual integração chinesa ao sistema internacional. Assim, os autores destacam que o estudo dos posicionamentos chineses frente aos organismos internacionais é fundamental às análises de RI e ao desenho dos desdobramentos futuros da ordem mundial.

O exame da atuação chinesa na OMC e a observação dos níveis de conformidade com as normas e regras internacionais enraizadas nesta Organização passa, no entanto, por uma observação inicial. Retomando os estudos de Chan (2006) no que refere ao nível de complacência com regras internacionais, o texto chama a atenção para a inexistência de padrões de medida universalmente aceitos, o que dificulta a identificação de perfis gerais de atuação internacional. Diante da constatação de que ainda é pequeno o número de pesquisas envolvendo o conceito de conformidade ou o seu impacto no comportamento dos Estados e de que também são escassos os estudos que abordam a conformidade chinesa às regras internacionais, moldadas segundo premissas ocidentais, o artigo pretende contribuir com o tema em questão, visando preencher tais lacunas.

Os autores Marcos Costa Lima, Manuely P. Barbosa, Pedro A. Fonseca, Robson A. Miranda Júnior e Vítor L. Alves contribuem com o artigo intitulado **“Nova Rota da Seda e a Ascensão Pacífica Chinesa”**, objetivando analisar o surgimento da política chinesa de estado denominada *One Belt & One Road*, a qual visa reconstruir e expandir a antiga Rota da Seda por meio de investimentos econômicos e infraestruturais com ampla irradiação para países asiáticos, africanos e europeus. O texto tem dois propósitos centrais. Num primeiro momento, discute a formação de uma Escola Chinesa de Relações Internacionais, enquanto expressão da nova dinâmica e sucesso da China em âmbito internacional. Os autores argumentam que tal escola busca nas raízes de sua cultura milenar uma base capaz de estabelecer as diferenças das teorias ocidentais dominantes nas relações internacionais. Num segundo momento, tendo como base esta literatura, o texto busca articular a formulação de uma teoria das relações internacionais

chinesa com a magnitude – e o risco - do projeto *One Belt, One Road*, explicitando suas motivações econômicas e políticas. Pois para além da quantidade de obras a serem feitas e do capital a ser investido (a dimensão econômica) o projeto também constitui uma forma de propagar a ideia de uma ascensão chinesa pacífica e cultural, valorizando os valores chineses (sua dimensão política).

Sendo um dos principais projetos da política externa chinesa na atualidade, a construção de uma Nova Rota da Seda ligará a China à Europa e à África por vias terrestres e marítimas, passando, conseqüentemente, por vários países da Ásia Central e Oriente Médio. Segundo os autores postulam, os níveis de crescimento econômicos da China nas últimas décadas evidenciam a capacidade do país asiático de se estabelecer como um importante *player* no mundo contemporâneo. Entretanto, se o sonho Chinês de retomar a dianteira em se tratando de comércio internacional motivou o governo de Pequim à criação desse projeto, a maneira com a qual a China pretende lidar com os outros atores na implementação e realização do mesmo seria, no mínimo, diferente da maneira que o atual *hegemon* - os Estados Unidos da América - lida com essa questão.

“Estratégia e comércio internacional: a importância da China ao Brasil”, de Alexis T. Dantas e Elias M. K. Jabbour, avalia o grau de importância da China para o Brasil, tendo como base empírica os dados da relação comercial. Assim, o artigo procede a uma análise das relações comerciais Brasil/China no que se refere aos fluxos de importação e exportação de bens e serviços, a participação relativa do comércio com a China e a qualificação deste comércio em termos dos produtos transacionados. Buscando chegar no elemento estratégico da relação entre China e Brasil, os autores destacam que ambos os países aumentaram o grau de importância recíproca. Como notam, o efeito “demanda” chinesa permitiu margem de manobra ao país à implementação de políticas sociais internas de sucesso entre os anos de 2004 e 2010, além “da formação de grandes reservas cambiais que – de um lado – permitiu queda acentuada nas taxas de juros internas, por outro tem servido de grande serventia diante da instabilidade econômica internacional”. Segundo os autores, o aumento dos investimentos chineses no Brasil sinaliza tanto uma alternativa de financiamento externo quanto reserva de mercado ao seu excesso de capacidade produtiva instalada. Mas, advertem que as contradições estão postas e são inevitáveis. Se é improvável o retorno do Brasil às condições de financiamento externo praticadas no âmbito do FMI e do Banco Mundial, a própria crise crônica de demanda nos países do Atlântico Norte deverá nos condicionar a uma relação cada vez mais íntima com o gigante asiático, independente da queda dos preços das commodities. O artigo então questiona: como o Brasil deve se comportar diante da inexorabilidade desta relação?

Já em **“Pode a Guerra não Preceder a Queda? Uma Análise da Ascensão Pacífica Chinesa e da Interdependência entre EUA e China”**, Alexandre Cesar

Cunha Leite e Lohana Gabriela Simões de Oliveira Ramos enfocam as relações sino-americanas, trazendo uma questão pontual: como um conflito para a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional seria prejudicial para ambos os Estados. Os autores partem da hipótese de que, por diversos fatores, há baixa possibilidade da ocorrência de tal conflito. Diante disso, analisam o conceito de “ascensão pacífica”, refletindo a preocupação da China em não parecer hostil, além de recuperar o processo de reaproximação entre China e EUA até os dias de hoje. Desta forma, discorre sobre os motivos que defendem a suposição e a defesa da existência de baixas possibilidades de um conflito armado entre as duas nações.

Considerando a China, a partir de seus indicadores de crescimento econômico - fluxo de comércio, crescimento da produção de bens e serviços finais, elevado volume de investimentos e participação estatal estruturada e planejada na geração de capacidade -, o artigo ainda discute a própria concepção de potência. Recuperando Lyrio (2010), os autores ressaltam que o poder econômico não é o único fator que caracteriza um país como uma potência. E lembram que nas várias definições do termo “grande potência”, um elemento de comum acordo na literatura é o *relacional*, visto que a definição de “poder” envolve a interação dos Estados no sistema internacional. Citam ainda Paul Kennedy (1988), para quem os dois principais fatores para afirmação de uma grande potência são a eficiência econômica e a eficácia militar, embora devam ser considerados igualmente aspectos geográficos, tamanho populacional, habilidade de organização política e de composição de alianças, como elementos adicionais que permitem uma nação postular a classificação de potência. No caso específico da China, defende o artigo, o extenso território; sua grande população; seu desenvolvimento econômico; o aumento de sua importância em âmbito político internacional como ator ativamente participante de diversas organizações e tratados; sua representatividade na economia e no comércio mundial; enfim, a riqueza de recursos humanos e físicos, “não podem ser características destituídas de relevância ou dispensadas no que tange o *status* de potência”.

Fechando nossa edição, o texto intitulado “**O socialismo com características chinesas e seu papel como ideologia guia da China**”, de Qin Xuan e Gaio Doria, objetiva definir o socialismo com características chinesas e ressaltar sua importância na política chinesa. A hipótese central do texto é que a questão da ideologia assume um papel fundamental no desenvolvimento atual do sistema político chinês, por isso qualquer análise e construção teórica deve levar este fator em consideração. Os autores criticam abertamente certos modelos teóricos ocidentais. E citam pontualmente a produção acadêmica euro-estadunidense, quando argumenta que o Partido Comunista da China restaurou o capitalismo ao implementar reformas econômicas e, por isso, não se poderia

considerar o sistema político chinês como tipicamente comunista. Dentro desta (equivocada) ótica, o sistema chinês se resumiria a um tipo de autoritarismo, com diversos autores elaborando o seu próprio conceito.

Em contrapartida às correntes dominantes, os autores argumentam que o sistema político chinês continua sendo um sistema político comunista onde, mesmo após a morte de Mao Zedong, os secretários gerais subjacentes deram continuidade ao processo de institucionalização e o fortalecimento do Estado e do partido marxista-leninistas, tanto na esfera política quanto ideológica. E vão além. Dizem que a ideologia guiadora do Estado chinês, a teoria do socialismo com características chinesas, permanece “desconhecida para a grande maioria dos estudiosos”. Isto se daria, em parte, justamente devido à exclusão da questão da ideologia do debate e, em parte, devido as barreiras linguísticas e culturais e da falta de acesso a materiais em mandarim referentes ao tema.

Apresentado nosso Itinerário de leituras, a **Século XXI** convida o leitor a mergulhar neste mosaico, certamente incompleto, de nosso Dossiê, como recomenda a sabedoria milenar: um olhar sobre o passado e outro para vislumbrar a marcha para o futuro de um dragão chamado China. Ótima leitura a todos.